

AS 40 HORAS DE ANGICOS: VÍTIMAS DA GUERRA FRIA?

GUERRA, Marcos J.C.¹

RESUMO

As “40 horas de Angicos” foram realizadas num contexto de transição nacional marcado por movimentos sociais e políticos, e foram altamente influenciadas pela Guerra Fria. Apesar de realizada com o apoio da Aliança para o Progresso, a educação popular foi acusada pelos aliados do Pentágono de fazer parte de uma Campanha para implantar o comunismo na América Latina, a partir de Cuba, mascarando assim as reações nacionais que tinham um interesse bem mais concreto e indefensável. Tentavam manter seus privilégios, inclusive continuando a negar o direito de voto ao analfabeto. Afora os militares, não existia na época nenhum grupo armado que pudesse atuar na oposição ao Presidente João Goulart. Convidado pelo Governo do Estado, a participação direta de Paulo Freire foi decisiva para o sucesso da experiência inovadora, que apresentou resultados excepcionais, e ao mesmo tempo tornou conhecido o método de aprendizagem preconizado pelo renomado educador. O artigo acentua aspectos operacionais e práticos, destacando-se da maior parte da literatura sobre Paulo Freire, que se limita a valorizar os aspectos teóricos.

Palavras-chave: Paulo Freire. 40 horas de Angicos. Alfabetização. Aliança para o Progresso.

1 INTRODUÇÃO

Em hora oportuna a UFERSA decide publicar uma edição especial de sua Revista de Informação do Semiárido sobre o trabalho pioneiro de Paulo Freire em Angicos, há cinquenta anos.

Impõe-se como primeira constatação a tristeza de sabermos que permanece inalterada a questão do analfabetismo de jovens e adultos. Pior, a certeza de que sua situação se agravou, porque cada vez são mais acentuadas as dificuldades para o exercício pleno de sua cidadania, quando se permanece analfabeto. A dívida social e política para com eles, em pleno século XXI, não tem outra origem: descaso, omissão, desrespeito, diante de um direito básico

¹Coordenou um dos Círculos de Cultura nas “40 horas de Angicos”. Dirigiu o setor de Educação de Jovens e Adultos do SECERN, órgão da Secretaria da Educação do RN, no qual coordenou a experiência das 40 horas de Angicos e demais aplicações em massa do Sistema Paulo Freire, no RN, entre 1963 e 1964. Mestre em Direito Internacional do Desenvolvimento pela Universidade de Paris V. Advogado e jornalista, Professor de Direito dos Estrangeiros na pós graduação em Direito Internacional da UFRN. Principais funções exercidas anteriormente: Secretário da Educação do RN, e Presidente do CONSED. Professor de Direito Internacional na UnP. Diretor Regional do SENAI-RN, e Diretor do CTGás. Atuação na cooperação internacional e consultor das Nações Unidas (UNESCO, OIT, FAO, UNICEF e PNUD), em diversos países africanos e no Brasil.
Revista de Informação do Semiárido – RISA, Angicos, RN, v. 1, n.1, p. 22-46, jan./jun. 2013. Edição Especial.

assegurado por nossa Constituição. E tem uma explicação: pessoas e instituições impediram e impedem ainda hoje o sucesso de políticas públicas que garantam o acesso ao conhecimento e instrumento de inclusão social e política. Entre outros educadores, o Professor Paulo Freire demonstrou que é fácil, barato e rápido, garantir tal aprendizagem a todos os brasileiros. A brutal repressão contra o que se iniciou com as “40 Horas de Angicos” e outras ações similares não se justificavam em 1964, nem justifica a inexistência até agora da retomada de ações efetivas com os mesmos objetivos, prazos, custos e abrangência. Temos mais analfabetos no Brasil que a população de muitos países europeus. É inadiável rever o que lhes propomos para que possam melhor contribuir com todo o seu potencial para construir um novo Brasil. O Brasil, o Rio Grande do Norte, e cada Município, pode resolver a questão. Dispomos das tecnologias e todos os demais recursos para tal. Ganha a cidadania, a Democracia consolidada, e o próprio crescimento econômico e social do país inteiro.

Nossa contribuição no presente artigo pretende trazer um complemento ao que se conhece sobre o trabalho de Paulo Freire, Convidado pelo Governo de Aluizio Alves para implantar a experiência piloto das “40 horas de Angicos”. Angicos passou a ser referência, a partir da qual seu trabalho se tornou mundialmente conhecido. Milhares de estudos foram realizados sobre educação, inspirados pelas teorias de Paulo Freire. Outros tantos, sobre suas teorias.

Infelizmente, muito raras são as obras e os estudos sobre as práticas. E Paulo Freire não separava teoria e prática. Convidamos para que se inicie um período no qual se possam estudar as práticas, e em particular a prática da aprendizagem, do que ele chamou metodologia do conhecimento e da aprendizagem. Trabalhar um período sobre como ocorre o aprender, e não somente sobre o ensinar. Conhecer e aplicar integralmente os instrumentos que permitam conhecer as preocupações e as motivações dos analfabetos, sua linguagem, e traduzi-las em matéria prima para os programas futuros. A serem organizados com custos, prazos, métodos e conteúdos que permitam universalizar efetivamente em curto prazo o acesso à alfabetização.

Naturalmente outros programas complementares de Educação de Jovens e Adultos se seguirão, ou continuarão dentre os existentes, desde que tenha sido garantido o primeiro direito, e tenhamos real universalização até hoje adiada de forma inexplicável e criminosa.

Unicamente a título de exemplo, mas não como algo exemplar, a ser copiado, indicamos aqui como foram tratadas questões operacionais e concretas que incluem as estratégias de implantação de tal experiência. Num período difícil, onde o contexto local, nacional e até mesmo internacional jogava contra, tornava mais difícil o sucesso das “40 horas de Angicos”.

Ao longo de todo o processo, o educador Paulo Freire preocupou-se com questões estratégicas e operacionais, delegou, supervisionou, chegou junto, criticou e encorajou, compartilhou o sucesso do trabalho realizado.

Por oportuno, acrescentamos aqui dados ainda não divulgados, ou não suficientemente aprofundados em estudos existentes, sobre as repercussões diretas da Guerra Fria na Experiência de Angicos.

Lembramos ainda o contexto da época, quando a experiência não representava algo isolado, mas se desenvolvia ao mesmo tempo em que Natal desenvolvia a Campanha “De Pé no Chão também se aprende a Ler”, da Prefeitura Municipal, e em algumas regiões do Estado o trabalho da Rádio Rural, implantando o que viria a ser o MEB – Movimento de Educação de Base, lançado pelo Movimento de Natal.

Finalmente, salientamos a importância inestimável dos universitários de Natal, os verdadeiros mentores e operários destas atividades, de cuja dedicação e profissionalismo somos todos devedores.

2 ALFABETIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

Num contexto político e social de transição, o Nordeste brasileiro foi palco de inusitada experiência. Universalizar o acesso à educação era inadiável para os brasileiros, e mola mestra de mudanças que o Governo Aluísio Alves pretendia implantar no Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, influenciar o desenvolvimento do Nordeste brasileiro era objeto de desejo e de preocupação para o Governo do Presidente Kennedy, temeroso que a revolução cubana se alastre pela América Latina.

Neste contexto, vejamos como e porque o Rio Grande do Norte foi palco de uma experiência pioneira, e convidou o Professor Paulo Freire para um trabalho que deixou marca indelével para a educação, com repercussões mundiais.

2.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO

Segundo o IBGE, no início da década de 60 os índices de analfabetismo no RN, totalizavam 61,8 % - a comparar com um leque que variava de 27,3 % no RJ e os 72,6% de Alagoas. Em Angicos, dentre os adultos, a taxa superava os 70%. Vale lembrar que desde os tempos do império os analfabetos não podiam votar.

Numa década que introduziu o Planejamento nos moldes da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, do Sistema das Nações Unidas), tais taxas eram apontadas como um obstáculo para o desenvolvimento, e já representavam indicadores de falência das políticas públicas e de livre acesso aos direitos humanos. A rede física das escolas públicas era insuficiente, assim como a formação dos professores primários, e o número de profissionais dedicados ao ensino básico. A situação permitia a manutenção dos chamados “currais eleitorais” e do “voto de cabresto”, dentre outras distorções, como a “indústria das secas”, os “barracões”, o desrespeito a direitos trabalhistas, e a proibição dos sindicatos rurais.

2.2 NUM CONTEXTO DE TRANSIÇÃO

2.2.1 O Governo Aluizio Alves

Neste contexto, a eleição de Aluizio Alves em 1960 representou uma inovação, numa campanha sem apoio dos “coronéis”, e com plataforma eleitoral propondo mudanças. Governou entre 1961 e 1966, implantou o planejamento no Estado, com egressos da CEPAL, e outras ações para modernizar a administração e melhor qualificar os servidores; deu prioridade à energia, às comunicações, e à educação, criando a COSERN, a TELERN e o SECERN. Com a energia de Paulo Afonso permitiu às empresas maiores uma séria diminuição de custos, dispensando cada uma delas de implantar seu próprio sistema gerador, dispensado também na sede de alguns municípios, cuja iluminação pública era limitada há algumas horas.

Para a pasta da Educação, convidou o jornalista Calazans Fernandes, com grande capacidade de trabalho e de articulação, que mobilizou profissionais e equipes visando um programa ousado e inovador. Segundo relatou Calazans, os investimentos para a educação no período, através da Aliança para o Progresso, corresponderam a um ano inteiro da arrecadação

estadual. O Programa do Governo foi desenvolvido em torno de três eixos: alfabetização de 100.000 adultos, ampliação da rede física de escolas estaduais e formação dos professores da mesma rede pública.

2.2.2 Mobilização nacional

Por não ser o objeto do presente artigo, sem entrar em detalhes, cabe lembrar que na virada dos anos 50 para a década de 60 vivíamos um importante momento de transição, e no Brasil uma intensa mobilização política e social nas mais diferentes áreas, que culminou com o Golpe de Estado de Abril de 1964.

A transição incluiu a crise da renúncia de Jânio Quadros (Agosto de 1961), o impasse para a posse do Vice-Presidente João Goulart, e o regime parlamentarista artificialmente instalado em Setembro de 1961, que perdurou até o retorno ao regime presidencial em Janeiro de 1963.

2.2.3 Crise Internacional e Guerra Fria

No plano internacional, não era menos intensa a mobilização política e social. Foi um período no qual se intensificou a chamada “Guerra Fria” entre os dois blocos liderados pelos Estados Unidos e a Rússia. A desenfreada corrida armamentista com ogivas nucleares demonstrou a insanidade do frágil equilíbrio do terror. Em Cuba, a vitória de Fidel Castro suscitou nos norte-americanos o temor de que o Nordeste poderia transformar-se numa “região teleguiada pelos comunistas”. Seguiam-se crises como a invasão da Bahia dos Porcos, os mísseis soviéticos implantados em Cuba, o bloqueio econômico contra Cuba e sua exclusão da OEA, dentre outras. Na Europa, a construção do Muro de Berlim, a criação da OTAN (NATO). Na Ásia, a Guerra do Vietnã. A própria Igreja Católica também se inseria nesta transição, com a convocação do Concílio Vaticano II e a publicação de duas encíclicas maiores, como “*Mater et Magistra*” e “*Pacem in Terris*”.

Neste contexto, o Presidente Kennedy lança em Agosto de 1961 o seu programa “Aliança para o Progresso”. A exemplo do que fizeram com o Plano Marshall na Europa após a Segunda Guerra, pretendiam transferir recursos financeiros para acelerar o desenvolvimento da América Latina, apoiando governos democráticos em suas políticas de planejamento,

programas de reforma agrária, educação e saúde, e outras iniciativas que viessem contribuir para melhorar a distribuição de renda e combate à pobreza.

2.2.4 Ação no Nordeste brasileiro

Quanto ao que fazer no Nordeste brasileiro, duas correntes se opunham nos Estados Unidos. Os do Pentágono, liderados por Mc Namara, e os do Departamento de Estado, liderados pelo próprio Presidente Kennedy, finalmente assassinado. Enquanto os democratas criavam a Aliança para o Progresso, os mais conservadores não se afastavam da corrida armamentista e estabeleciam alianças para reforçar o poder dos militares no continente, na lógica perversa da Guerra Fria, que reforçou a lógica do Macarthismo.

Por sua vez, os conservadores brasileiros pegaram carona nesta visão bélica norte-americana e repercutiram aqui a ideia de que a educação popular se inseria numa Campanha orquestrada pela Rússia, para fomentar as ideias comunistas no Brasil, importando o modelo cubano.

Pode parecer surpreendente, mas o destino de muitas ações de governo iniciadas no período dependeu diretamente deste conflito interno dos Estados Unidos, e de seu confronto na Guerra Fria. Isto se aplica inteiramente quanto às iniciativas de educação popular, mas também para as reformas universitárias em gestação no período, e ações relacionadas com o Planejamento, a Saúde Pública, a Extensão Rural, o desenvolvimento local e regional, dentre outros.

Na América Latina, no Brasil, e em nosso Estado, existiam divergências quanto à oportunidade de utilizar os mecanismos da Aliança para o Progresso, lançada por Kennedy em Janeiro de 1961. O tema foi debatido na OEA em memorável reunião de seu Conselho Interamericano Econômico e Social em Agosto do mesmo ano, realizada em Punta del Leste, Uruguai. Ernesto Guevara, da Delegação de Cuba, afirmou, textualmente: “Ya sabemos todos el íntimo sentir del Departamento de Estado norteamericano: es que hay que hacer que los países de Latinoamérica crezcan, porque si no viene un fenómeno que se llama castrismo, que es tremendo para los Estados Unidos”.

2.2.5 A escolha de Paulo Freire

Aluizio Alves quis aproveitar os recursos financeiros da Aliança para o Progresso, para implantar na área de educação um Programa compatível com as metas ousadas que pretendia atingir. Calazans Fernandes foi encarregado de contribuir diretamente para responder à dupla questão.

Calazans participou das negociações com os norte-americanos, e procurou identificar parcerias para atingir resultados na formação de professores, e na alfabetização de adultos, conforme relata em seu livro *40 Horas de Esperança*. (FERNANDES, 1994). Para a primeira atividade, contou com o profissionalismo e a dedicação das Professoras gaúchas Lia Campos e Cecilia Alves, que já coordenava no Rio Grande do Norte Cursos de Aperfeiçoamento para Professores, indicada por Anísio Teixeira e pelo INEP (MEC). Para a alfabetização, foi aconselhado por um amigo seu, o Deputado Federal Odilon Ribeiro Coutinho, que procurasse conhecer um método original criado pelo Professor Paulo Freire, que desenvolvera trabalho no MCP do Recife, e tinha obtido resultados com um curso experimental coordenado por um universitário de Medicina, Carlos Augusto Nicéas de Almeida. Restava identificar a quem entregar a coordenação dos trabalhos no RN, o que igualmente relata em seu livro, conforme vivenciou.

Ao mesmo tempo, depois de sondados para tal coordenação, procuramos saber quais métodos poderíamos selecionar, dentre os existentes. Conhecíamos o trabalho da Prefeitura do Recife, no MCP implantado por Miguel Arraes. Soubemos por colegas do movimento estudantil do experimento de Paulo Freire e Nicéas, e procuramos o Professor Paulo Freire.

Estávamos conscientes do desafio, e houve um longo período de diálogo entre nós e os que defendiam a impossibilidade de aceitar o financiamento norteamericano, sobre o que escreve também Calazans Fernandes em seu livro. O diálogo começou em Natal, com o grupo de educação popular da Prefeitura Municipal de Natal, e se prolongou em Recife, no Gabinete de Paulo Freire, situado no SEC – Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Dele participaram membros da Equipe da Prefeitura de Natal, liderados pelo Professor Moacyr de Góes, e do Governo de Pernambuco, com participação principalmente de Marcos Lins, homem de confiança do Dr. Miguel Arraes, além do próprio Paulo Freire e sua equipe do SEC.

O diálogo também foi feito em instâncias da UEE (União Estadual dos Estudantes) e da própria UNE (União Nacional dos Estudantes) – constando da pauta de uma reunião do Conselho Nacional da UNE, realizado em Vitória do Espírito Santo. Para a UNE e para a Prefeitura Municipal de Natal, não era aceitável participar de uma atividade de educação popular com a Aliança para o Progresso.

Não era segredo para ninguém que a Aliança para o Progresso pretendia reforçar a imagem de alguns Governadores, viabilizando aliados que consideravam confiáveis, e que poderiam ter maior projeção para candidatar-se nas próximas eleições. Por outro lado, a esquerda desejava reforçar a liderança local do então Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, e no Nordeste, a do Governador Miguel Arraes. No horizonte, uma possível candidatura à Presidência da República, de quem se consolidasse como liderança na região Nordeste.

Saliente-se que as divergências sobre esta questão em nenhum momento inviabilizaram a cooperação de Paulo Freire nas ações da Campanha da Prefeitura de Natal, “De Pé no Chão também se aprende a ler”. Apesar de utilizar outro método, baseado em Cartilha, existiam convergências quanto à concepção da educação, dos temas geradores, do protagonismo do alfabetizando, e Paulo Freire chegou a participar da formação de monitores que atuaram na Campanha.

Consciente de todo este pano de fundo, Paulo Freire decidiu aceitar o convite do Governador Aluizio Alves, sem temer a contradição. No diálogo, trouxe claramente à tona alguns princípios e dados precisos.

Antes de tudo levantou a ideia de confiança nas massas. A educação vista como “prática da liberdade” não temia um eventual confronto com a Aliança. Exigiu total autonomia pedagógica, e que a direção dos trabalhos no RN ficasse em mãos de pessoa de sua confiança, originária da liderança estudantil universitária.

Com lucidez e coragem, inverteu os termos da discussão. Afirmou que caberia à Aliança inquietar-se com os resultados do trabalho, e não a nós nos preocuparmos com os eventuais ganhos que a Aliança teria com nossa participação.

Quanto aos números, comparamos a capacidade da Prefeitura de Natal, que podia comprometer-se a alfabetizar menos de 10.000 adultos no período de três anos, contra um Programa visando 100.000 adultos, a ser desenvolvido pelo Governo do Estado. Confiando na proposta educativa, e sua ação transformadora, não havia porque temer.

Finalmente, dentre outros itens relevantes, mesmo sem caber aqui detalhar todos eles, ficou acertado que o Serviço dirigido por Paulo Freire, o SEC, não receberia recursos financeiros da Aliança, e seria remunerado através de um Convênio direto com o Governo do RN. O Governo do RN cobria apenas despesas de deslocamento e hospedagem, visto que Paulo Freire e os funcionários do SEC já eram remunerados pela Universidade.

Ficou acertado ainda que todos os recursos da Aliança transitariam pela SUDENE, conforme acerto feito com Celso Furtado e Nailton Santos, que a dirigiam.

Em Angicos, os coordenadores foram voluntários. Quase todos eram estudantes universitários, exceto três secundaristas.

3 MONTAGEM INSTITUCIONAL

Vale conhecer a delicada montagem institucional que nos permitiu iniciar no Rio Grande do Norte algo que visava alfabetizar 100.000 adultos em três anos, e que poderia ter evoluído para 6 milhões de alfabetizados através de um programa inovador do Ministério da Educação no Governo João Goulart. Porque Angicos? Porque 40 horas?

3.1 PARCERIA COM A SUDENE

O Governo do RN criou uma Autarquia, o SECERN (Serviço Cooperativo da Educação), dirigida pelo próprio Secretário da Educação, de forma a que os recursos para o Programa sejam inteiramente voltados para a execução do Programa, e não sejam confundidos com o orçamento do Estado.

Como um Estado da Federação não pode firmar diretamente Acordos com outros países, o Ministro da Educação, Darcy Ribeiro, e o do Planejamento, Celso Furtado, entraram na negociação e a SUDENE foi designada pelo Governo Federal como entidade executora, guardando estreita relação com seu Diretor de Recursos Humanos, o baiano Nailton Santos.

Antes da criação formal da USAID, que ocorreu somente em Novembro de 1961, já em Outubro daquele ano uma missão precursora enviada pelo Governo Kennedy (Missão Bohem) levantou junto à SUDENE valores para o financiamento de programas em nossa região, num total de U\$ 131 Milhões, para sete anos. Nos dois primeiros anos, U\$ 33 milhões para as chamadas “ações de impacto” (principalmente educação e saúde). Em seguida,

durante mais dois anos, continuariam as mesmas ações, e seriam financiadas intervenções na infraestrutura, totalizando mais de U\$ 60 milhões. O restante seria detalhado em função das necessidades identificadas. Estudos posteriores afirmam que as transferências totalizaram U\$ 249 Milhões, dos quais U\$ 94 milhões sob forma de doações, U\$ 76 Milhões como empréstimos, e U\$ 82 Milhões como ajuda alimentar.

No SECERN, o controle financeiro ficou diretamente com um funcionário da SUDENE, que destacou ainda dois outros funcionários para apoio direto à Secretaria Executiva do órgão local.

O controle era tão estrito e detalhado que chegou a criar problemas na execução das 40 horas de Angicos. Nada que não pudéssemos contornar, com humor e criatividade. Lembro-me de um fato corriqueiro, que se transformou em anedota. Compramos as carteiras escolares em Natal, e as recebemos na véspera da abertura dos cursos em Angicos. O controle da SUDENE exigiu que fossem tombadas pelo patrimônio, com selo específico implantado em cada unidade, o que levaria uma semana. Tivemos que montar uma operação sigilosa e as retiramos durante a noite, solicitando no dia seguinte que o tombamento seja feito em Angicos, pelo mesmo funcionário que o fazia nos almoxarifados de Natal. A compreensão do Calazans Fernandes era do mesmo tamanho que seu dinamismo, e lembro-me que finalmente se divertiu com o fato, pedindo detalhes sobre como havíamos executado a operação.

3.2 PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Desde o início dos anos 60 a União Nacional dos Estudantes assumiu firme compromisso com a educação popular e a cultura popular. Num universo de estudantes que representavam apenas 1% da população brasileira e dispúnhamos de universidade pública de qualidade, a UNE e suas Uniões Estaduais federadas (UEEs) mobilizaram os estudantes para tomar consciência do privilégio, e de alguma forma devolver o privilégio.

Múltiplas atividades foram criadas com tal objetivo, dentre as quais no RN nasceu em seguida o CRUTAC, precursor do futuro Projeto RONDON, de abrangência nacional. A mais significativa entretanto era a participação de lideranças estudantis e de jovens estudantes generosos e disponíveis, contribuindo diretamente para conceber e implantar ações de educação popular.

As três principais ações desenvolvidas no período, apesar de não terem entre si intercâmbio e diálogo institucional, eram na prática tocadas principalmente por estudantes universitários, e poucos secundaristas. Isto gerava uma sadia emulação e cooperação, e excelentes resultados, conforme comprovado mais tarde nos mais variados estudos.

A primeira delas foi o MEB, do Movimento de Natal, iniciado por Dom Eugenio Sales, a partir da implantação da Emissora de Educação Rural em 1958, com o ensino radiofônico através de rádio cativo. A segunda ficou conhecida como “De Pé no chão também se aprende a ler”, iniciativa da Prefeitura Municipal de Natal, durante a gestão de Djalma Maranhão, tendo Moacyr de Góes como Secretário da Educação. A terceira, a partir das “40 horas de Angicos”, a implantação do que ficou conhecido como o Método Paulo Freire, no Governo Aluizio Alves, tendo Calazans Fernandes como Secretário da Educação e Diretor Executivo do SECERN.

Em sua maioria, os estudantes não militavam em partidos políticos. Na prática, as lideranças estudantis constituíram um período ímpar de uma frente única, da qual participavam estudantes católicos, protestantes e comunistas, uns influenciados diretamente pela ação social das Igrejas, outros pelo Partido Comunista. Reproduzíamos com sucesso uma aliança similar à do nível nacional, e das principais entidades estudantis nos grandes Estados da Federação.

3.3 PORQUE ANGICOS

Angicos, como quase todos os municípios, tinha graves carências em matéria de rede física e de recursos humanos para a educação. Os analfabetos eram maioria. Os chefes políticos controlavam um eleitorado de 800 votantes. De repente, um novo equilíbrio deveria ser estabelecido com o acréscimo de 300 novos eleitores. O mesmo ocorria no Estado, e no país. Quando mais tarde fomos para Sergipe, a atuação em três anos agregaria 80.000 novos eleitores ao colégio eleitoral de 90.000 eleitores tradicionais. Em Pernambuco, se passaria de 800.000 para 1.300.000 eleitores. No Brasil, seriam 6 milhões de novos eleitores, num curto período.

Isto explica em parte porque começar em Angicos. Era a terra do Governador, que tinha autoridade moral para impor depois o mesmo Programa a seus correligionários, em seus feudos eleitorais. Isto ficou evidente imediatamente, quando logo depois fomos iniciar os

trabalhos em Mossoró. Fomos recebidos pelo Chefe Político aliado do Governador, um médico influente na cidade, que me recebeu educadamente, colocou um revólver em cima da mesa e nos mandou de volta, conforme já havia dito ao Governador. Na cidade dele tal programa não era bem vindo.

A escolha de Angicos se justificava ainda porque o Programa trazia vantagens e avanços. Angicos ganhou uma nova Escola Estadual, e a formação de todos os seus professores. E também se tornou conhecido como o berço das “40 horas de Angicos”, vista a enorme repercussão da experiência. Em contrapartida conheceu uma das primeiras mobilizações espontâneas de operários da construção civil no interior do Estado. Dentre os operários que construíam a Escola, alguns eram alunos nos Círculos de Cultura. Quando já podiam ler sem dificuldades, numa das aulas estava programada a leitura da CLT (consolidação das leis trabalhistas), que suscitou grandes debates quanto ao repouso semanal remunerado, horas extra, e algumas garantias trabalhistas. Direitos que passaram a exigir da empresa construtora, que se recusou a aceitá-los, e mandou recrutar trabalhadores numa cidade vizinha, Fernando Pedroza. Os operários fizeram um piquete na estrada, e conversaram com os que viriam substituí-los, convencendo-os a voltar para casa. O patrão telefonou para o Secretário da Educação, pedindo sua intermediação. Novamente o Calazans Fernandes se divertiu com a situação, e recomendou ao empresário que pague os direitos, já que não podia sugerir outra saída.

Quanto aos votos dos novos eleitores, a experiência demonstrou que a perigosa virada dos currais eleitorais não ocorreu da forma prevista e temida. Desde 1958 alguns novos eleitores surgiram como fruto do trabalho do Movimento de Natal, através da Emissora de Educação Rural e do MEB, associado com ações de sindicatos rurais e de cooperativas estimulados pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), do mesmo Movimento criado por Dom Eugenio Sales. A verdade é que dispunham de poucas alternativas, e votavam nos candidatos apresentados pelos partidos tradicionais, cujas plataformas e programas, quando existiam, pouco se diferenciavam. Antes do golpe de 1964, alguns chegaram a se candidatar para Câmaras Municipais, mas novamente pouco fizeram. Além de isolados e de constituírem minoria, sofriam do que mais adiante Paulo Freire estudaria em sua *Pedagogia do Oprimido*, fenômeno também estudado por Albert Memmi no Marrocos, e por Frantz Fanon no Caribe. Tinham tendência a repetir o único modelo que conheciam, o que ocorreu também nos assentamentos chilenos implantados nos programas de Reforma Agrária do Governo Frei.

Vejam-se estudos de Paulo Freire a partir de sua reflexão sobre o assunto, quando atuava no ICIRA, no Chile. (“Extensão ou Comunicação” e “Ação Cultural para a Liberdade”).

O êxito em Angicos levou a abrir novas frentes, começando por Mossoró. Em seguida a ação foi estendida a Natal, no bairro das Quintas e num quartel do Exército. E estava nas atividades preparatórias em Caicó e Macau. Antes da abrupta suspensão motivada pelo Golpe de 1964 houve uma diminuição de ritmo, por razões internas da Aliança para o Progresso. Depois soubemos que as divergências internas discutiam sobre redirecionar os financiamentos em nossa região.

Uma parte dos coordenadores de Círculos de Cultura em Angicos vieram trabalhar no SECERN, como supervisores. Enquanto isto Paulo Freire foi convidado para organizar no MEC uma Campanha Nacional, que começava por dois projetos-piloto, no Rio de Janeiro e em Sergipe. Alguns de nós fomos convidados por ele para integrar a equipe de Sergipe, onde fomos surpreendidos pelo golpe. Decidimos voltar para Natal, e na viagem de volta, por terra, alguns de nós fomos presos pelo Exército, em Caruaru, e transportados algemados para a 2ª. Companhia de Guardas do Recife.

3.4 PORQUE 40 HORAS

Não se trata de um número mágico, nem de escolha arbitrária. Com folga e margem de segurança, correspondia ao mínimo de tempo estimado para assegurar plena aprendizagem dos mecanismos da leitura e da escrita numa língua como a nossa. Por outro lado, parecia aceitável pedir a uma população sacrificada, que consagre uma hora cada noite, durante quase dois meses, para se alfabetizar.

No caso de Angicos, entre a Aula Inaugural pronunciada pelo Governador Aluizio Alves em 18 de Janeiro de 1963, e 16 de Março de 1963, consideradas as interrupções do Carnaval e algumas eventuais, fizemos às 40 horas. A aula de encerramento, pelo Presidente João Goulart, dependeu de disponibilidade de sua agenda; programada para 22 de março, foi realizada em 2 de Abril de 63.

Aplicamos o que Paulo Freire não gostava de denominar método de alfabetização, e mais tarde chamou de “método do conhecimento”. Uma metodologia de aprendizagem que incluía aprender a ler e escrever, e ao mesmo tempo desvendar o mundo. Muitas vezes Paulo Freire repetiu que não tínhamos analfabetos orais. Que trabalhávamos com pessoas cuja

vivência era a matéria prima da aprendizagem. Ao cabo de diálogos acalorados sobre alguns temas, entre ler-escrever-descrever-desvendar, ouvimos algumas vezes afirmações como “não aprendi nada de novo, apenas refresquei na memória o que já sabia”. Um saber adormecido ou reprimido?

Quanto às 40 horas, vejamos como o próprio Paulo Freire respondeu a Claudius Ceccon e Miguel Paiva que o entrevistaram em 1978 para o Pasquim. Interessante salientar que respondia também porque não fazer programas com maior quantidade de horas. Recusou cair num elitismo que se aproxime do ensino formal. Desejava implantar algo que abra caminho num curto prazo para um dos primeiros direitos básicos, o da educação:

Um dia eu disse ao ministro: Ministro, se fosse uma questão apenas de fabricar eleitores, se a minha questão fosse apenas dar uma resposta ao antidemocratismo da lei brasileira, de proibir que um analfabeto vote, o que seria realista, mas seria atender à lei que exigia apenas que o sujeito assinasse o nome, e para assinar o nome não precisamos mais do que 4 horas, se fosse assim, nós podíamos fazer aqui milhões de eleitores em um ano. Agora eu, ministro, me recuso a isso. [...] Ministro, a gente tem que correr o risco de não aprofundar os níveis de conhecimentos dos primeiros que vão se alfabetizando, exatamente para não cair num elitismo também. [...] Aí eu poderia pegar uma fração dessa gente e fazer cinco anos de trabalho sério e deixar o resto.

(CECCON; PAIVA, 1978, p. 9)

4 A APRENDIZAGEM

Na experiência de Angicos não podemos separar a aprendizagem nos Círculos de Cultura, de todo o entorno criado para viabilizar às 40 horas, nem do clima geral de mobilização social e política, evocado inicialmente no Contexto. Mencionamos alguns itens, e detalhamos aqueles que parecem mais significativos para a aprendizagem em si. Todos são importantes. Entendemos que uma política pública de Educação de Jovens e Adultos não ocorre somente em sala de aula; exige, ao contrário, considerar muitos aspectos que se negligenciados podem inviabilizar seu sucesso.

Para facilitar a leitura, separamos o que seria a progressão da aprendizagem “em sala”, embora efetivamente ela seja o coroamento do conjunto, e na prática, inseparável.

a) A Mobilização da população começou bem antes. Subimos na torre da Igreja, e rabiscamos um mapa, a partir da praça, e distribuimos o trabalho com os futuros coordenadores de

Revista de Informação do Semiárido – RISA, Angicos, RN, v. 1, n.1, p. 22-46, jan./jun. 2013. Edição Especial.

Círculos de Cultura, visitando cada uma das casas da cidade para saber se existiam analfabetos, e em caso positivo, convidá-los para participar dos cursos que seriam instalados em breve. Soubemos que alguns presos também queriam inscrever-se, o que foi feito, e a eles se juntaram familiares e soldados. Nos bairros sem eletricidade levamos uma unidade móvel do USIS, com gerador próprio, e exibimos filmes curtos de 16 mm, que atraíam um público para o qual podíamos explicar o que seria implantado. Preparando material para mobilizar em seguida outras cidades, o jornalista Luiz Lobo fez um filme em preto e branco, produzido em Angicos, material ainda hoje disponível em vídeo através da Internet.

b) Para a seleção e formação dos coordenadores, todos voluntários, fizemos convites nas Faculdades, antes do fim do ano letivo. Realizamos um curso específico na Faculdade de Direito da Ribeira, com diferentes disciplinas abordadas pela equipe do SEC – Serviço de Extensão Cultural, trazida pelo Professor Paulo Freire, composta pelos Professores Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Brito, Aurenice Cardoso e Luiz Costa Lima. A maioria dos temas tratados, e o teor da abordagem do curso estão disponíveis na Revista “Estudos Universitários” Número 4. publicada pelo mesmo SEC, a começar pelo estudo de Paulo Freire sobre “Conscientização e Alfabetização – uma nova visão do processo”.

c) A Pesquisa temática para identificar o universo vocabular e os temas geradores foi orientada pela Professora Aurenice Cardoso, e se encontra disponível no livro de Carlos Lyra, um dos coordenadores de Círculos de Cultura². A partir dela foram identificadas as “Palavras Geradoras”, e as situações que transformadas em slides seriam projetadas para suscitar os debates a partir dos quais se desenvolveu o processo de aprendizagem e conhecimento, como previa Paulo Freire.

Temos aqui seguramente uma das chaves do sucesso das 40 horas de Angicos. Não somente para suscitar efetivamente o debate, quando os alfabetizandos reconhecem seu próprio mundo e suas preocupações quotidianas nos temas e nas palavras geradoras, mas também porque sendo um ato inserido na própria vida, o ler e escrever se incorporam naturalmente, de forma definitiva. Estudos posteriores demonstraram que não ocorreu em Angicos o temido analfabetismo regressivo, que associa a uma ferramenta nova que por não

² LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996. p. 158-164.

Revista de Informação do Semiárido – RISA, Angicos, RN, v. 1, n.1, p. 22-46, jan./jun. 2013. Edição Especial.

ser usada no cotidiano termina por enferrujar, desgastar-se, cegar, e muitas vezes nem sequer encontramos disponível quando eventualmente se necessita mais tarde.

d) As preocupações com a logística estiveram sempre presentes. Muitas vezes dificultadas pela proposta inovadora, e pelo desafio das escolhas feitas. Não dispúnhamos de locais públicos acessíveis para todos os que se interessavam em participar das atividades. Tivemos que obter de alguns dos interessados que cedessem uma sala de suas próprias casas, transformada em sala de aula durante todo o período de aprendizagem. Não conseguimos, por exemplo, padronizar a compra de 20 projetores de slides, nem sequer no mercado de São Paulo. Necessitávamos ainda de alguns projetores funcionando com bateria de automóvel, para os bairros que não tinham eletricidade. Experimentamos inclusive um que funcionava com querosene sob pressão, sistema utilizado na época pelas lâmpadas “Coleman”, lâmpadas ainda utilizadas e disponíveis no Brasil. Como material didático, bastavam cadernos e lápis, quadro negro e giz. As carteiras foram compradas em Natal. Conseguimos desenhista que traduziu em imagens os temas geradores, e os slides foram produzidos em São Paulo. Os cadernos de cada um se transformavam pouco a pouco em seu próprio livro, personalizado, em seu diário de aprendizagem. Conhecemos as dificuldades naturais quotidianas para todos os professores de alfabetização, e acompanhamos a evolução quotidiana. Alguns alunos não conseguiam firmeza e flexibilidade ao pegar o lápis, ou utilizavam força demasiada. No início, algumas dificuldades com a caligrafia, e uma página do caderno parecia pequena para uma palavra inteira. Ao longo do processo víamos os progressos individuais, chamando-os para escrever também no quadro negro, e alguns chegaram a escrever num pedaço de papel vegetal, para projeção num pequeno slide de 35 mm.

e) Durante as 40 horas de Angicos, tínhamos uma rotina estabelecida. À noite, o Círculo de Cultura. Na manhã seguinte, um Seminário, para relato e análise sobre o ocorrido na noite anterior. Aí surgiam dúvidas, dificuldades, acertos e inovações. Cada assunto era devidamente aprofundado, estabelecendo consensos ou identificando com clareza dúvidas ou divergências, e soluções possíveis. Era um momento único, enriquecedor, vivenciando diálogo e confronto entre a teoria e a prática. Em alguns destes Seminários tivemos a participação de Paulo Freire, e membros de sua equipe do SEC. Vale ressaltar aqui a humildade, curiosidade e espírito científico de Paulo Freire. Sempre que a prática

questionava a teoria, procurou em conjunto reelaborar a teoria aplicável. Caso tivesse ocorrido a ausência de um aluno, sem justificativa, à tarde ele era procurado, de maneira a identificar as causas e conversar sobre a necessidade de retomar os estudos.

f) Tínhamos consciência que em 40 horas um deslize de duas ou três noites poderia acarretar prejuízos para a aprendizagem individual e coletiva. Assim, uma análise minuciosa sobre o ocorrido cada noite nos permitia identificar problemas e soluções, apelando para a diversidade que representávamos, visto que vínhamos de diferentes faculdades, e todos havíamos participado dos cursos com Paulo Freire e sua equipe. O diálogo entre todos os coordenadores levantava situações que podiam antecipar soluções futuras diante de problemas ainda não vivenciados num determinado Circulo de Cultura. Tanto quanto a questões ligadas a ler e escrever, como quanto aos debates suscitados por cada tema gerador.

g) Os resultados efetivos da aprendizagem dos alfabetizados eram altamente encorajadores. Uns ajudavam os outros, muitas vezes de maneira mais eficaz do que a ajuda que poderiam receber dos Coordenadores. Involuntariamente pude testemunhar o progresso específico de um aluno, a pedido de meu pai. Pediu-me para conhecer um dos analfabetos no início dos cursos, e um comerciante da mesma idade que ele aceitou o nosso convite. Conversaram, e ficou claramente evidenciado que era analfabeto pleno, visto que conhecia apenas a letra “O” – segundo ele “que nem a boca de uma panela.” Após pouco mais de 20 horas de estudos, voltou a Natal, e demonstrou saber ler um texto simples, dizer com suas palavras o que havia entendido, e escrever a pedido frases simples sobre determinado assunto. Antes do término, voltou mais uma vez e conheceu a biblioteca de papai, que chamou de “armazém de livros”. Leu trechos de uma enciclopédia, sem problemas. Recebeu um livro em inglês, e após alguma leitura silenciosa afirmou algo como “Ler, eu leio, porque sei ler. Mas não entendo. Me escutando parece a língua dos gringos da fazenda de agave de Baixa Verde”. Efetivamente, havia uma fazenda da SAMBRA em Canguaretama, e os gerentes eram ingleses. Ao folhear um livro em alemão, pareceu contrariado. Afirmou que não podia existir um livro assim, e que parecia mais algo que tinha sido fabricado para testar e atrapalhar.

Os testes realizados nas últimas horas, em 15 de março de 1963, puderam avaliar com clareza os resultados individuais, quanto à alfabetização, e quanto ao que chamamos de politização. Estão inseridos na obra de Carlos Lyra, já mencionada.

h) Ressalte-se que ao longo de todo o processo, por insistência de Paulo Freire, o foco era na aprendizagem, e não no ensino. Esteve sempre presente a preocupação de partir da vivência de cada um, de suas motivações, e de individualizar a aprendizagem, com atenção especial aos progressos e dificuldades de cada um. A olhos vistos, quem tinha dificuldades era rapidamente ajudado pelos outros, aplicando a máxima de Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

i) A aula de encerramento foi pronunciada pelo Presidente da República, João Goulart. Que veio acompanhado dos Ministros da Educação (Theotônio Maurício Monteiro de Barros Filho) e do Planejamento (Celso Furtado), dentre outros. Dela participaram todos os Governadores do Nordeste, inclusive Miguel Arraes, que antes se opunha às ações com a Aliança para o Progresso. Presente também o Comandante do IV Exército, General Castelo Branco. Os principais trechos dos discursos de Aluizio Alves, Paulo Freire, e João Goulart estão publicados nos livros já citados sobre o assunto, de Carlos Lyra e de Calazans Fernandes. Assim como o inesperado discurso de um concluinte, o Sr. Antônio Ferreira, quebrando o protocolo. Estão também disponíveis nos sites internet dedicados ao assunto. Ressalte-se que após a solenidade, o General que depois seria o primeiro general-presidente a partir do Golpe de Abril de 1964, que duramente reprimiu a educação popular, dirigiu-se ao Secretário Calazans Fernandes, perguntando-lhe se tinha consciência que estava “engordando cascavéis”.

j) Durante todo o processo a orientação de Paulo Freire e sua equipe do SEC foi de valor inestimável. Estávamos juntos e atentos para cada progresso, cada ganho de aprendizagem, cada dificuldade, procurando soluções cada vez que surgia um problema. Uma única dificuldade gerou um impasse aparente, logo ultrapassado com o consentimento de Paulo Freire. No primeiro dia aplicamos um “Teste de Inteligência Não Verbal” (INV), de Pierre Weill. As pessoas foram convidadas para aprender a ler e escrever, e demonstraram grande dificuldade para sinalizar as respostas. A experiência foi negativa, e muitos dos alunos disseram que o esforço lhes “esquentara a cabeça”. E que se era assim, tão difícil, iriam desistir. Não voltamos a conversar sobre a aplicação do Teste em nenhuma das cidades para as quais fomos após Angicos.

k) Cabe salientar que em nenhum momento o pacto passado entre Aluizio Alves e Paulo Freire foi rompido. Nunca ocorreu a menor intervenção durante a execução das “40 horas de Angicos”. Até as visitas do Governador ou seus convidados eram discretas, sem aparato, sem sequer interromper as atividades em sala de aula. O mesmo quanto a visitas dos técnicos e dirigentes da Aliança para o Progresso. Os coordenadores sempre gozamos da mais ampla autonomia e da plena confiança de Paulo Freire, ao longo de todo o processo.

l) A aprendizagem das matemáticas não foi incluída no processo de Angicos, nem durante a fase inicial no Rio Grande do Norte. Trabalhávamos os números, escrevendo cada dia a data, tanto no quadro negro quanto nos cadernos. Saliente-se que em sua maioria os adultos têm noções precisas de matemática, que utilizam ao longo do dia, e não somente quando compram e vendem. Paulo Freire estava aberto para encarar esta questão, mas no momento não estávamos prontos.

Mais tarde, na UNESCO, conversei sobre isto com especialistas da Etnomatemática. Descobri depois que em algumas culturas a unidade não corresponde a um, mas a cinco (como os dedos da mão), a sete (como os dias da semana), a doze (como os meses do ano), e que o que conhecemos como unidade é para eles uma subunidade. Na ocasião a UNESCO preparava a publicação de um número especial do CORREIO DA UNESCO, sobre “L’Alphabetisation à l’échelle des Cultures”, datado de Fevereiro de 1984, (GUERRA, 1984) na qual fui convidado a escrever sobre as raízes culturais da alfabetização, e Paulo Freire sobre “O Mundo e a Palavra”.

Depois de voltar do exílio Paulo Freire dialogou com o Professor Ubiratan d’Ambrósio sobre o assunto, e concordaram que a aquisição da linguagem matemática passa por identificar a linguagem matemática efetiva utilizada em determinado grupo social.

Caberia verificar com os especialistas quais as representações de brasileiros que integram tribos indígenas, e outros que eventualmente trabalhem com diferentes unidades matemáticas, para futuros programas que incluam matemáticas.

5 LER E ESCREVER

A aprendizagem em sala também é largamente conhecida, tendo sido retomada e descrita em inúmeros livros. Ressaltemos alguns itens principais, a partir da prática de Angicos. Enquanto teoria, o assunto foi largamente estudado em livros e nas Universidades. Parece até incongruente referir-se a “sala”, quando o que ali mais se procurava era que os debates e aprendizagem traduzam exatamente o que ocorria fora da sala de aula, no mundo real, no cotidiano de cada participante.

a) As duas primeiras horas foram dedicadas à “Aula de Cultura”. Diálogo e reflexão sobre o conceito antropológico de cultura, fundamental para que cada um se situe no mundo como agente de transformação, e perceba seu papel no aperfeiçoamento da criação. Identificava os “objetos da natureza” e os criados pelo homem. E permitia discutir as relações homem-mundo, homem-homem, e a evolução da contribuição humana para transformar e aperfeiçoar o nosso mundo.

Surpreendeu os que esperavam começar a ler e escrever, mas sempre interessou profundamente a todos. O diálogo soltava os espíritos e as línguas, pouco a pouco, e como que destravou resistências ancestrais que impediam alguns de se perceber como personagem, sujeito da história, independentemente de sua profissão, gênero, ou categoria social.

Mesmo sem relação direta com o manejo da leitura e o ato de escrever, o novo estado de espírito, a nova visão sobre o papel de cada um, e seu potencial, foram determinantes para uma maior mobilização ao enfrentar as dificuldades na aprendizagem futura. Ouvimos muitas vezes de inúmeros visitantes seu espanto quanto à maneira simples como os alfabetizados sabiam traduzir um conceito antropológico que muitas vezes universitários têm dificuldade em resumir.

b) As demais horas seguem um padrão. Progressivamente, a partir da discussão de temas selecionados como geradores, um trabalho importante para desvendar o mundo. Todos participavam, desde que pudéssemos buscar e valorizar a vivência de cada um, suas relações com o mundo e com os outros homens, em relação ao assunto. Trazendo na maioria das vezes, com a ajuda deles, uma visão histórica, e até comparativa. Naturalmente, falavam

como era ou teria sido o “antes”, descreviam o “agora”, e opinavam como poderia ou deveria ser o “futuro”.

Claro que pode ter ocorrido o que Paulo Freire condenava como “doações”. A regra era buscar nos indivíduos e no grupo as palavras e as ideias, praticando ao máximo o que nos ensinou como “diálogo Socrático”.

Mesmo em relação aos fonemas e sílabas, o esforço era feito. A única “doação” ocorria quando se apresentavam as vogais. Todos os outros fonemas e sílabas decorriam naturalmente do diálogo a partir da situação apresentada, e da palavra geradora explicitada no slide.

A partir de cada palavra, análise e síntese. Identificado cada fonema, eles eram reconhecidos através de leitura individual e coletiva, e escritos nos cadernos, assim como alternativamente por uns e outros, no quadro negro.

Mais adiante, nem sempre no mesmo dia da apresentação da palavra geradora, era projetado o slide daquela que depois ficou conhecida como a “ficha da descoberta”. Fonemas e sílabas eram apresentados num mesmo slide, e ocorria um exercício interessante e desafiador de juntar pedaços, criando palavras. Oralmente, depois nos cadernos e no quadro negro. Quando criadas palavras desconhecidas, não dicionarizadas, muitas vezes o autor dizia que era o nome de seu cachorro, o apelido de um familiar, ou algo assim. Muitas vezes criavam palavras que correspondiam a coisas ou animais que nós universitários desconhecíamos, e então nos ensinavam de que se tratava.

Um pouco mais adiante surgiu num Círculo de Cultura a ideia de que sílabas eram como tijolos. Para construir palavras e frases juntavam-se tijolos. E em alguns casos, até se cortava um tijolo em pedaços, como para construir um muro.

Iniciado o processo de aprendizagem do mecanismo de formação de palavras, ler e escrever passam a ser um exercício fácil. Diziam que mesmo a Bíblia, um livro com muitas palavras, havia sido escrito assim, pedaço por pedaço. Veja-se na lista a seguir que após palavras simples, passamos a palavras mais complexas, de forma a abarcar o conjunto de dificuldades de leitura e escritura numa língua como a nossa.

c) As palavras geradoras utilizadas em Angicos foram selecionadas a partir do Universo Vocabular identificado, e dos Temas Geradores que permitiam discutir os temas principais. Foram, progressivamente: BELOTA, SAPATO, VOTO, POVO, SALINA, FEIRA, MILHO,

GOLEIRO, COZINHA, TIJELA, JARRA, FOGÃO, CHIBANCA, XIQUE-XIQUE, EXPRESSO, BIRLO e ALMOFADA.

Como mecanismo, temos depois do reconhecimento da palavra BELOTA, o que passaram a chamar da “família” do BE (BA, BE, BI, BO, BU), do LE (LA, LE, LI, LO, LU), e do TA (TA, TE, TI, TO, TU). Um slide por família, para melhor identificação, leitura e escrita. Depois, a “ficha da descoberta”, com as três famílias (do BE, do LO e do TA). Fornece um número de combinações possíveis entre si, sempre interessante.

A palavra seguinte, SAPATO, apresenta duas novas “famílias”. O slide seguinte, (VOTO, POVO) uma nova família. E assim por diante, enriquecendo pouco a pouco o universo das combinações possíveis na formação de palavras, e na descoberta dos fonemas de nossa língua. Sempre apoiando no exercício individual e coletivo de ler e escrever.

6 A CAMPANHA NACIONAL

A Campanha Nacional a ser desenvolvida pelo MEC merece um estudo a parte. Quanto aos coordenadores do Rio Grande do Norte, vale lembrar que alguns de nós fomos convidados por Paulo Freire para integrar a equipe de um dos dois projetos piloto, o de Sergipe, enquanto que a equipe do RJ foi formada com pessoas que haviam trabalhado em Brasília e São Paulo, dentre outras experiências.

Logo à noite, dia 2 de Abril de 1963, num jantar na residência do Governador de Pernambuco, Jango conversou com Paulo Freire sobre seu interesse numa Campanha Nacional, visando alfabetizar 6 milhões de brasileiros. O convite foi efetivado depois por um novo Ministro, Paulo de Tarso, e os trabalhos iniciados nos Estados sob a gestão do Ministro Julio Sambaqui, tendo como Coordenador da Campanha o próprio Paulo Freire.

7 TEORIA E PRÁTICA

Tendo partido para o exílio por um longo período, após um tempo de prisão política em Recife e Natal, sempre me pareceu estranho o silêncio dos estudos acadêmicos quanto às práticas. Paulo Freire não admitia uma sem a outra. E continuou assim ao longo de sua vida profissional, onde estivesse. Em Paris, durante um período em que participei da direção do

IRFED, Instituto Universitário criado pelo Padre Lebret, vinha uma semana por ano para um Seminário com todos os alunos, e demonstrava que sua Ação no Chile, nos Estados Unidos, e depois no Conselho Mundial das Igrejas, continuava a exigir esta relação complementar e necessária entre uma e outra. Sob pena de grave deformação.

Poucos estudos foram a Angicos para conhecer a prática, o analfabetismo regressivo, os resultados concretos de cada ex-aluno. Perdeu-se um tempo precioso, na maioria dos casos de forma irremediável enquanto testemunho direto. O mesmo ocorreu quanto à maioria dos coordenadores de Angicos, que durante a ditadura nem depois da redemocratização não foram chamados para contribuir em tal análise, salvo exceções. Nem as dezenas de coordenadores que atuaram em Mossoró, no bairro das Quintas em Natal, e as centenas de ex-alunos que participaram das referidas atividades.

Não só as Faculdades de Educação poderiam interessar-se nas referidas práticas. Jornalismo, Sociologia, Ciências Políticas, Direito, dentre outras, teriam um vasto campo de pesquisa, produção teórica e experimentação, se tivessem dedicado algum tempo a este trabalho.

Corro o risco de levantar algumas hipóteses, em favor de que se multipliquem as análises sobre a prática. Não somente a prática passada, mas sobretudo a prática concreta nas atividades atualmente em curso. A análise acurada da prática pode evidenciar o perigo de alguns desvios que podem vir a ocorrer, como por exemplo, o alongamento dos períodos de aprendizagem, tornando menos acessíveis os cursos para uma grande maioria, além de representando maior custo financeiro. Prática denunciada por Paulo Freire e evidenciada em seus diálogos com o Ministro da Educação de João Goulart, conforme relatou ao Claudius Ceccon em entrevista ao Pasquim.

Poderia evidenciar também algum afastamento do rigor metodológico quanto aos temas geradores, e às palavras geradoras. Que garantem o pleno interesse e participação, os melhores resultados, a redução do analfabetismo regressivo, e resultam também em maior percentagem de sucesso em cada curso e para cada participante.

Talvez indevidamente, associe tal bloqueio ao “silêncio obsequioso” exigido pela Cúria Romana de alguns fiéis e de clérigos como Boff, quando acusados de desviar dos ensinamentos da Igreja. Parece uma contradição. Quase um mito quanto às suas teorias, como se explica que as ligações entre teoria e prática não tenham sido objeto de pesquisa e de produção teórica?

8 CONCLUSÃO: O LEGADO DE PAULO FREIRE

Respeitar o legado de Paulo Freire nos obriga a aplicar com destemor o que nos ensinou. É imperativo viabilizar o acesso universal à alfabetização para todos os jovens e adultos que foram progressivamente excluídos da escola pública, cujo total hoje envergonha qualquer nação moderna. Não podem continuar a ganhar os que deliberadamente se opõem ao exercício de um direito fundamental como a educação. Podemos ter a certeza que diante de políticas públicas determinadas com clareza, poderão vir a perceber que têm mais a ganhar que a perder com a universalização da educação.

O legado nos obriga ainda a reinventar, como Paulo Freire o fez nos idos dos anos 60. Não a partir do zero. Em Angicos, ele não reinventou a roda. Partiu do existente, do conhecido, articulando conhecimentos e tecnologias disponíveis, hoje bem mais acessíveis e baratas.

As Universidades públicas e o Ensino Médio constituem hoje uma rede inegavelmente mais disseminada. Os profissionais de todas as áreas de ensino são mais numerosos e melhor qualificados. Nada impede que sejam chamados a contribuir num novo pacto nacional para em poucos anos resolver o déficit atual.

THE 40 HOURS ANGICOS: VICTIMS OF THE COLD WAR?

ABSTRACT

The "40 hours of Angicos" were made in the context of national transition marked by social and political movements, and it was highly influenced by the Cold War. Although carried out with the support of the Alliance for the Progress, popular education was accused by Pentagon allies to be part of a campaign to establish communism in Latin America, from Cuba, thereby masking the national reactions that had an interest very more concrete and indefensible. They tried to maintain their privileges, including continuing to deny voting rights to illiterate. Aside from the military, did not exist at the time any armed group that could act in opposition to President João Goulart. Invited by the State Government, the direct participation of Paulo Freire was decisive for the success of innovative experience, that presented outstanding results, and at the same time become known learning method advocated by renowned educator. The article emphasizes practical and operational aspects, highlighting of the most literature about Paulo Freire, which confines itself to enhance the theoretical aspects.

Keywords: Paulo Freire. 40 hours of Angicos. Literacy. Alliance for the Progress

REFERÊNCIAS

CECCON, Cláudio; PAIVA, Miguel. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda. **Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 462, p. 7-11, dez. 1978.

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. **40 Horas de esperança**: o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Ática, 1994. 223 p.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização, uma nova visão do processo. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**, Recife, n.4, abr./jul. 1963.

GUERRA, Marcos. Les racines culturelles de l'alphabétisation. In: Le Courrier de l'UNESCO, n. 2, p.6-8, Paris, 1984.

LYRA, Carlos. **As Quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996. p. 158-164.

SUBMETIDO EM: 01 fev. 2013

ACEITO EM: 20 mar. 2013